

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos, e a efetividade dos serviços prestados por esta Secretaria, no que tange a rede de Atenção às Urgências, componente este da Rede de Atenção à Saúde (RAS).

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

As Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) fazem parte da Rede de Atenção às Urgências, tendo como objetivo concentrar os atendimentos de saúde de complexidade intermediária, compondo uma rede organizada em conjunto com a atenção básica e a atenção hospitalar.

Segundo dados do Ministério da Saúde, nas localidades que contam com UPA instalada 97% dos casos direcionados a ela são solucionados na própria unidade. Tendo objetivo a redução da fila de espera e superlotação no pronto-socorro Hospitalar.

Com a habilitação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas) no município pela Portaria GM/MS nº 4.368, de 19 de dezembro de 2022, opção III, o Município deve adotar mecanismos para que a Unidade tenha efetivo funcionamento, ou seja, deve-se organizar tanto o quadro de profissionais, quanto estrutura física com a aquisição de materiais e contratação de serviços.

Assim, a necessidade ou problema encontrado neste estudo é a garantia do fornecimento de atendimento em urgência por profissional clínico geral na UPA 24h.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2024;
- II) Data de publicação no PNCP: 24/01/2024;
- III) Id do item no PCA: 5;
- IV) Classe/Grupo: 931-Serviço de Saúde Humana;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-115/2024.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)



- a) Prova de inscrição da empresa no Conselho Regional de Medicina;
- b) Comprovação de vínculo entre a empresa proponente e os profissionais indicados no documento anterior por meio de contrato social; cópia da carteira de Trabalho; ou contrato de prestação de serviços vigente na data da licitação;
- c) Atestado de Capacidade Técnica: emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a satisfatória execução pela proponente de serviços semelhantes ao objeto da contratação.
- d) Documentos que devem ser apresentados referentes ao médico indicado pela empresa como responsáveis pela execução dos serviços de plantões:
 - Inscrição do profissional no Conselho Regional de Medicina
 - Titulação de médico (diploma) reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC ou declaração de conclusão do curso de medicina emitida pela faculdade ou universidade e carteira do CRM ou declaração do CRM comprovando a inscrição do mesmo no Estado do Paraná;
 - Relação dos profissionais médicos à disposição para prestar os serviços, integrante(s) do quadro funcional da proponente.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

A contratação será realizada por horas, serão 26.280 (vinte e seis mil duzentos e oitenta) horas, a estimativa levou em consideração as escalas dos últimos 06 meses da Unidade de Pronto Atendimento - UPA, evidenciando assim, que o quantitativo levantado no Chamamento nº 008/2022, não foi suficiente para atender a necessidade. Ademais, o referido chamamento além de ser prorrogado teve acréscimo no quantitativo de horas de 25%, ou seja, já houve aumento do quantitativo inicial visto a convocação de mais médicos além do preconizado pelo Ministério da Saúde.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

O cargo de “Médico Clínico Geral Plantonista, foi incorporado a estrutura administrativa do Município no ano de 2022, com **16** vagas, para atender as demandas trazidas com a abertura da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) que tem como objetivo concentrar os atendimentos de saúde de complexidade intermediária, atendendo os casos graves em nível pré-hospitalar;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Para cumprir com o Inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, foi dimensionado para a função uma carga horária semanal de 24 horas, assim os profissionais que ingressassem no cargo estariam com subsídio dentro do teto preconizado;

Com a criação dos cargos e adveio a impossibilidade de realizar concurso público devido a Lei complementar nº 173/20, que em seu art. 8º, inciso V traz a proibição de “realizar concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV;”;

Assim o Município procedeu com a realização de Processo Seletivo Simplificado, até que pudesse ser realizado concurso público;

No PSS nº 002/2022, foram admitidos 09 candidatos, enquanto que no PSS nº 003/2022, foram admitidos 06 candidatos, não restando profissionais a serem convocados em ambos processos, ficando então com 15 profissionais para atendimento na UPA;

No decorrer da vigência do PSS foram identificadas dificuldades, pois eram preconizados 02 médicos por período de 12 horas, com atendimento ininterrupto de segunda a segunda;

Sendo que os profissionais admitidos não poderiam realizar horas extras pois entrariam no “reduzidor” para fazer cumprir com o Art. 37 da CF, o que gerou falta de profissionais para elaboração das escalas de trabalho e consequentemente falha em atender a demanda do serviço.

Para suprir tal vazio assistência na Unidade de Pronto Atendimento, foi encaminhado processo de Chamada Pública nº 008/2022 para credenciamento de pessoas jurídicas, para prestação de serviços médicos na especialidade de clínico geral em regime de plantão, sendo o valor da hora balizado pelo valor da hora do cargo de médico plantonista, que é de R\$ 142,20 (cento e quarenta e dois reais e vinte centavos);

Com a contratação de pessoas jurídicas não houveram mais problemas quanto a elaboração das escalas de profissionais.

Em análise a contratação de médico plantonista via concurso, observa-se que o referido traz desvantagens a administração, quanto a exemplo a possibilidade de atestados, licenças, férias os quais deve-se alocar outro profissional o que gera dificuldade visto o limite de remuneração legal, e a necessidade de contratação de ao menos mais dois médicos plantonistas para cobrir estes períodos, assim seriam necessários ao menos 18 médicos plantonistas para atender a necessidade de fluxo normal dos atendimentos;

Além disso, atualmente o município está vivendo uma epidemia de dengue, o que gerou inevitavelmente o aumento do quantitativo de profissionais na UPA para suprir a demanda atual sendo que estão alocados na unidade atualmente 4 profissionais médicos por período de 12 horas diárias;

Se para atender essa demanda MOMENTÂNEA o município deve-se convocar candidatos aprovados em concurso teríamos que admitir na estrutura municipal ao menos mais 18 profissionais médicos efetivos, cabe aqui um questionamento, passada o período epidêmico estes profissionais poderiam ser exonerados ou permaneceriam vinculados, o que gera um custo mensal exorbitante;

Diante dos fatos elencados acima, a contratação por credenciamento é a solução mais viável, visto que o pagamento ocorre por hora trabalhada, além



disso, a empresa que se credencia para um quantitativo “x” de horas deverá cumprir com esse quantitativo, sem deixar de cumprir tal previsão, seja por motivo de atestado, licença, falta sem justificativa, férias, ou outros motivos que haja a necessidade de substituição de profissional.

Garantindo o princípio da administração pública de economicidade evidencia-se que a contratação por credenciamento se torna mais vantajosa, garantindo a presença e quantitativo necessários desses profissionais na UPA, bem como a possibilidade de utilização dos recursos em investimentos estruturais e de equipamentos para a unidade.

Diante dos fatos já mencionados houve a extinção do cargo como alternativa à administração municipal através da Lei 2787/2024.

Ademais, cabe mencionar que houve um fator agravante que contribuiu para a extinção do cargo, em relação a experiência, pois alguns dos médicos selecionados via PSS não demonstraram habilidades para realizar os atendimentos em casos mais graves, enquanto que se o profissional vinculado a alguma empresa não atender de forma satisfatória há a previsão de substituição do mesmo, garantindo o princípio da eficiência; além disso os profissionais contratados via CNPJ, são médicos que tem predisposição para o formato de atendimento exigido em UPA.

Assim, a contratação de tais profissionais para compor o quadro efetivo do Município demonstrou-se necessária e em pesquisa na região constatou-se que os municípios vêm realizando processos de chamada pública para credenciamento de empresas para prestar tal serviço, garantindo assim a assistência nas 24 horas de atendimento da unidade.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

Estima-se para este chamamento o valor de R\$ 3.737.016,00 (três milhões setecentos e trinta e sete mil e dezesseis reais).

Para a formalização do preço foi considerado o último processo de Chamada Pública nº 008/2022, já mencionado no item anterior deste ETP, sendo o valor da hora balizado pelo valor da hora do cargo de médico plantonista, que é de R\$ 142,20 (cento e quarenta e dois reais e vinte centavos);

Quando houver a necessidade de prorrogação terá o reajuste autorizado pelo Conselho Municipal de Saúde, e terá a aplicação da taxa de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

No preço constante do objeto está incluso o pagamento do piso salarial da categoria, bem como adicionais de insalubridade, periculosidade, adicional noturno, horas extras, assim como outros pagamentos decorrentes da legislação e dissídios da categoria.

Ao aceitar a proposta o proponente declarará total concordância com as condições estabelecidas neste planejamento, inclusive com os valores



constantes na tabela anexa ao DFD e Termo de Referência. Não restando qualquer direito a ser reivindicado pelo profissional médico após a formalização da demanda.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

Tendo em vista as análises acima, temos clara que a solução que melhor atende às necessidades da Administração é a contratação por meio de credenciamento dos profissionais.

Em termos de justificativa econômica, não há alternativas menos dispendiosas para atender o interesse da Administração que não a contratação de pessoal terceirizado.

As despesas para a contratação serão lastreadas em consultas de preço de contratações semelhantes de outros órgãos, de preços do Painel de Preços e ainda em função da Convenção Coletiva de Trabalho de cada profissão.

Após a definição de preços de referência, a contratação ainda será conduzida com ampla participação, o que trará amplo interesse de profissionais capacitados que fará com que as demandas deste município sejam atendidas.

Para isto, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação deste tipo de serviço sob demanda é a melhor forma de suprir esta necessidade de forma eficaz e com bom aproveitamento dos recursos públicos.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

Pretende-se realizar a contratação de empresa para prestação de serviço de médico clínico geral para atendimento em urgência na Unidade de Pronto Atendimento, neste caso não há parcelamento por cotas.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

Diante das análises deste ETP, pretende-se a contratação de empresa especializada para prestação de serviço médico. Assim, a Administração obterá ganhos com a contratação posto que as atividades a serem desenvolvidas na contratação são essenciais para o bom andamento dos serviços prestados pelo órgão. As disponibilidades dos serviços MÉDICOS gerarão benefícios ao órgão que, por seu turno, será mais efetivo no desenvolvimento da prestação do serviço público.



Evitando interrupções da disponibilidade dos serviços de saúde pública no município bem como, garantindo atendimento digno com profissionais suficientes para atender a população.

A administração não precisará repetir os procedimentos de seleção do mesmo objeto durante o período de vigência do credenciamento, podendo decidir em curto tempo qual o melhor momento da contratação conforme a demanda.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Devido à natureza do objeto não será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Claudete Meurer
Fiscal Administrativo:	Tairone Alan Mezzomo
Fiscal de Recebimento/Execução:	Rafael Rugerio Dutra
Fiscal Técnico:	Jaqueline Cordeiro dos santos Almeida
Suplentes:	Amanda Cristina de Assis Rosa Maridiana de Souza

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Para manter o funcionamento e atendimento da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas, o Município de Dois Vizinhos possui pessoal efetivo no atendimento administrativo, de enfermagem, de limpeza, entre outros que se fizerem necessários. A contratação é realizada através de concurso público conforme necessidade da Administração Municipal, porém a contratação de médicos plantonistas através do mesmo não é viável economicamente ao Município.

Diante do mencionado não há contratações interdependentes, somente correlatas que não abrange o objeto.

**12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)**

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade do credenciamento de empresa para prestação de serviço de Médico Plantonista para garantir o atendimento em urgência/emergência e sua resolutividade.

14. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

A contratação será realizada por meio de Credenciamento (Chamamento Público), com base no artigo 79 da Lei 14.133/2021 e DECRETO Nº 11.878/2024, através da prestação de serviços com dedicação exclusiva.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: Credenciamento (Chamamento);

Critério de julgamento: Dentre as propostas das proponentes serão credenciadas as que atenderem as exigências estipuladas neste edital, respeitada a ordem de credenciamento/habilitação, em que se define o valor a ser pago por hora e o credenciado presta o serviço e recebe proporcionalmente as horas trabalhadas, podendo também a administração, de acordo com o interesse público dividir valores, locais e horários conforme o número de interessados, sendo dada preferência às entidades Filantrópicas e/ou sem fins



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

lucrativos na contratação, conforme Portaria 1034/2010 do Ministério da Saúde e alterações.

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Não se aplica.

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

A análise de risco encontra-se anexa ao processo.

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

O custo estimado da contratação não possui caráter sigiloso e será tornado público, conforme artigo 24, § 1, inciso VI da LEI Nº 13.019/2014. Estima-se para este chamamento o valor de R\$ 3.737.016,00 (três milhões setecentos e trinta e sete mil e dezesseis reais).

Dois Vizinhos, 16 de Abril de 2024.

CLAUDETE MEURER
Gestora de Saúde



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Área requisitante
Matrícula Funcional 17949-1

MARIDIANA DE SOUZA

Coordenadora de Serviços Complementares

Responsável pela Elaboração do ETP

Matrícula Funcional 18502-1